

AS INTERAÇÕES DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ-PR

INTERACTIONS OF MUNICIPALITIES IN THE METROPOLITAN REGION OF MARINGÁ-PR

LAS INTERACCIONES DE LOS MUNICIPIOS EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE MARINGÁ-PR

Marinalva Batista – UEM – Maringá – Paraná - Brasil
marinalva_mrb@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo falaremos brevemente sobre a centralidade exercida pela cidade de Maringá, bem como sobre as interações dos municípios com a cidade sede da Região Metropolitana de Maringá e o nível de integração de cada um deles com a sede. Destacaremos brevemente o debate sobre duas pequenas localidades: os municípios de São Jorge do Ivaí e Floraí, no contexto dessa unidade regional. Os municípios foram escolhidos pela sua condição de localização e comportamento demográfico – com perda de população –, justamente porque esses são os municípios que apresentam indícios de pouca integração e que podemos considerar como de uma realidade não metropolitana ao invés de metropolitana.

Palavras chave: Região Metropolitana. Inserções. Consórcios municipais.

ABSTRACT

In this article we will briefly talk about the centrality exercised by the city of Maringá, as well as about the interactions of the municipalities with the host city of the Metropolitan Region of Maringá and the level of integration of each of them with the headquarters. We will briefly highlight the debate on two small localities: the municipalities of São Jorge do Ivaí and Floraí, in the context of this regional unit. The municipalities were chosen for their location and demographic behavior – with loss of population –, precisely because these are the municipalities that show signs of little integration and that we can consider as a non-metropolitan reality instead of a metropolitan one.

Keywords: Metropolitan Region. Inserts. Municipal consortia

RESUMEN

En este artículo hablaremos brevemente de la centralidad que ejerce la ciudad de Maringá, así como de las interacciones de los municipios con la ciudad sede de la Región Metropolitana de Maringá y el nivel de integración de cada uno de ellos con la sede. . Destacaremos brevemente el debate sobre dos pequeñas localidades: los municipios de São Jorge do Ivaí y Floraí, en el contexto de esta unidad regional. Los municipios fueron elegidos por su ubicación y comportamiento demográfico -con pérdida de población-, precisamente porque son los municipios que muestran signos de poca integración y que podemos considerar como una realidad no metropolitana más que metropolitana.

Palabras clave: RMM. Inserta. Consorcios municipales.

INTRODUÇÃO

A cidade de Maringá se caracteriza por ser a cidade polo de sua Região Metropolitana e exerce centralidade em diversos setores, entre eles, sediar estabelecimentos de ensino nos diversos níveis, conforme apresentado anteriormente, e, seguramente, é para onde se desloca a maioria dos trabalhadores da unidade regional.

Para Castells (2005, p. 475), os principais núcleos metropolitanos permanecem oferecendo mais oportunidades de aperfeiçoamento pessoal, status social e autosofoisticação aos imprescindíveis profissionais liberais de nível superior, escolas com mais qualidade e uma adesão ao grande consumo, inclusive, de arte e entretenimento. Para elucidar tal fenômeno, Evartti e Jardim (2006) explicam que a mobilidade pendular está associada à expansão da metrópole e da sua área de influência em relação com a centralidade do mercado de trabalho.

Ao entender quais são os setores em que se dão as interações e inserções, passamos a apresentar os atrativos da cidade Polo da Região Metropolitana de Maringá e, dentro das possibilidades, dos municípios que a compõem. Maringá recebe migrantes, mas estamos questionando o metropolitano formalizado que se apresenta na região, o qual tende a concentrar-se somente em um município em detrimento dos demais, gerando dependência e exclusão.

A cidade também se destaca em outros setores, como a indústria têxtil. Maringá e Mandaguari têm expressividade estadual devido a fabricação de fios a partir do algodão e da seda, participando, respectivamente, com 8,26% e 3,05% da produção total dos gêneros. Nesse sentido, a região de Maringá tem como segmentos industriais os ramos de confecções, mobiliário, bebidas, alimentos e de química. Esses segmentos geram demanda por mão de obra e, conseqüentemente, um forte atrativo populacional, sendo Maringá o polo centralizador.

Não somente o segmento industrial faz de Maringá uma capital regional B, de acordo com o Regic (2008). As interações na Região Metropolitana de Maringá ocorrem por meio da procura por educação e saúde, e Maringá oferece inúmeros postos de serviços, como é possível observar na Tabela 1, que demonstra a taxa de mobilidade pendular segundo setor de atividades nas regiões metropolitanas do Paraná para o ano de 2010. Apresenta os

serviços de apoio à produção com mais de 24%, seguido da indústria da transformação e construção civil, com 22,8% e 22,3%, respectivamente.

Tabela 1: Paraná, taxa de mobilidade pendular segundo setor de atividades - RMs - 2010

Setor de atividade	Regiões metropolitanas		
	RM Curitiba	RM Londrina	RM Maringá
Agricultura	6,5	11,8	17,4
Indústria da transformação	22,9	17,2	22,8
Construção civil	26,6	13,3	22,3
Outras atividades industriais	22,8	11,2	20,1
Comércio	17,1	11,6	14,6
Serviços de apoio à produção	22,0	15,3	24,5
Serviços de natureza pública	17,8	10,3	12,9
Outros serviços	18,8	6,6	12,2
Serviços domésticos	27,3	8,8	16,7
Outros	17,9	10,8	19,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010). Organização própria.

De acordo com Vercezi (2001), a Região de Maringá se destaca pela capacidade de processamento de soja e refino de óleo no estado, como a Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. (Cocamar). Já em 1996, o município de Maringá respondia por 2,18% do valor adicionado da indústria química, basicamente de óleos vegetais. Além de Maringá, o município de Marialva conta com 0,56% neste seguimento.

O deslocamento diário de pessoas da Região Metropolitana de Maringá para a cidade Polo Maringá é determinado por questões fundamentais, como oferta de emprego, serviços de educação, saúde, lazer e compras, como foi possível comprovar a partir de questionários aplicados aos passageiros do transporte coletivo do trajeto Floraí-Maringá e São Jorge do Ivaí-Maringá. Notadamente, a cidade polo e as regiões metropolitanas se apresentam como “região onde o sistema de objetos e o sistema de ações são mais densos” e, como resultado, torna-se o “centro do poder” (SANTOS, 1988, p. 114).

INTERAÇÕES E INSERÇÕES NA RMM: VÍNCULOS E FLUXOS

As interações espaciais que se dão na Região Metropolitana de Maringá são intrincadas. Precisa-se de indicadores econômicos e sociais que respaldem essa dinâmica para se compreender a inserção e interação dos municípios e, principalmente, de pequenas localidades nesta Região Metropolitana, o que pode representar a dinâmica das demais regiões metropolitanas. Os dados como, por exemplo, deslocamentos para estudo e

trabalho, permitem justamente identificar quais municípios fazem parte desta dinâmica nessa unidade institucionalizada e mostram um pouco da natureza de sua inserção na dinâmica metropolitana.

Sendo assim, neste ponto cabe debater uma das variáveis da presente dissertação, que é a inserção e interação espacial entre os municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Maringá. Os níveis de integração à dinâmica metropolitana são limitados e refletem o perfil desigual da inserção dos municípios na realidade econômica, social e demográfica dessa unidade regional. De acordo com o Ipardes (2012, p.6):

Esses diferentes níveis de integração também podem incentivar ações políticas e formas de mobilização distintas, inclusive no que se refere à criação ou fortalecimento de instituições que promovam as condições indispensáveis à ação coordenada dos atores do mercado, da sociedade e do poder público. Portanto, reconhecer tais níveis é imprescindível para que as práticas de governança surtam efeitos positivos em toda a extensão das unidades institucionalizadas.

As interações espaciais, de acordo com Corrêa (2006), se dão em um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se-á por diversos propósitos e se realizará através de diversos meios e velocidade (CORREA, 2006, p. 279). No período da globalização, essas se revelam de maneira ainda mais complexa.

Uma das ações políticas e formas de mobilização distintas seria fortalecer os consórcios já existentes, ou seja, partindo de pequenas unidades para chegar ao todo. Por isso, estudar os motivos dos deslocamentos e quais setores promovem mais inserção é um dos caminhos possíveis, tal como procurou-se analisar na sequência.

Nota-se, por meio da Tabela 2, que a Região Metropolitana de Maringá tem o maior número de deslocamentos depois de Curitiba. Enquanto Maringá teve, em 2000, um fluxo total de 69.898 de deslocamentos, em Londrina estes somaram 53.833.

A maior concentração de fluxos no interior da aglomeração se dá naqueles municípios mais próximos à cidade de Maringá no caso, os municípios de Astorga, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva e Sarandi, este último com 15.184 deslocamentos, o maior da Região Metropolitana de Maringá e também um dos que mais recebe população no estado, ficando na segunda colação, com 942 pessoas que chegam, como demonstrado na Tabela 2. Tais deslocamentos rumam, em especial, na direção do Polo. De acordo com Ipardes (2008), a grande maioria desses municípios encontra-se no entorno dos municípios-Polo das regiões

metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, possuem funções semelhantes e, em geral, se encaixam na categoria de municípios-dormitórios.

Tabela 2: Paraná e RMs, deslocamentos para estudo e trabalho - 2000/2010

Unidade	Deslocamentos				Total	Participação do trabalho sobre o total de deslocamentos
	Estudo	Trabalho				
		Outro município	Vários municípios	Total		
2000						
Paraná	121.04	-		357.60	478.65	74,7
	6			3	0	
RM de Curitiba	49.482			186.50	235.99	79,0
				9	1	
RM de Londrina	9.580			30.878	40.458	76,3
RM de Maringá	8.963			33.605	42.568	78,7
Total RMs	68.025			250.99	319.01	78,7
				2	7	
RMs/Total Paraná (%)	56,2			70,2	66,2	-
2010						
Paraná	243.19	602.432	87.649	690.08		
	5			1		
RM de Curitiba	88.596	321.804	15.942	337.74	426.34	79,2
				6	2	
RM de Londrina	18.368	45.971	7.862	53.833	72.201	79,2
RM de Maringá	16.997	58.653	11.244	69.898	86.895	74,6
Total RMs	123.96	426.428	35.049	461.47	585.43	80,4
	1			7	8	
RMs/Total Paraná (%)	51,0	70,8	40,0	66,9	62,7	78,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração do IPARDES (2010).

Os deslocamentos no Paraná concentram-se nas Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá. Essas RMs somam mais de 60% do total de fluxos do Estado. A figura 34 apresenta a espacialização dos principais fluxos de saída de pessoas para estudo e trabalho em município diferente do de residência para o ano de 2010, com destaque para a Região Metropolitana de Maringá.

Dados do IBGE (2010) mostra que o município onde há mais deslocamentos de envio para outros municípios é Maringá, que envia para 124 municípios, seguido por Sarandi-PR, que envia para 48 municípios do estado. Quanto às pessoas que saem, temos Sarandi com 15.184, Paiçandu com 5.927 e Maringá com 4.944 pessoas se deslocando, depois, Mandaguaçu, com 2.032 deslocamentos, seguido por Marialva, com 1.574, Astorga, com 1.249 e Mandaguari, com 1.200. Esses municípios são os únicos da Região metropolitana de Maringá que têm deslocamentos superiores a 1000 pessoas, os demais ficam abaixo deste

número. O município do qual menos pessoas saem na Região Metropolitana de Maringá é Flórida, com apenas 91 pessoas no ano de 2010, sendo também o município com o menor contingente populacional. Isso significa que 3,4% da população deste município trabalha em outra localidade, no entanto, se fizermos um comparativo em porcentagem, o município de Maringá é do qual menos pessoas saem, sendo apenas 1,6% da população maringaense que trabalha em outro município.

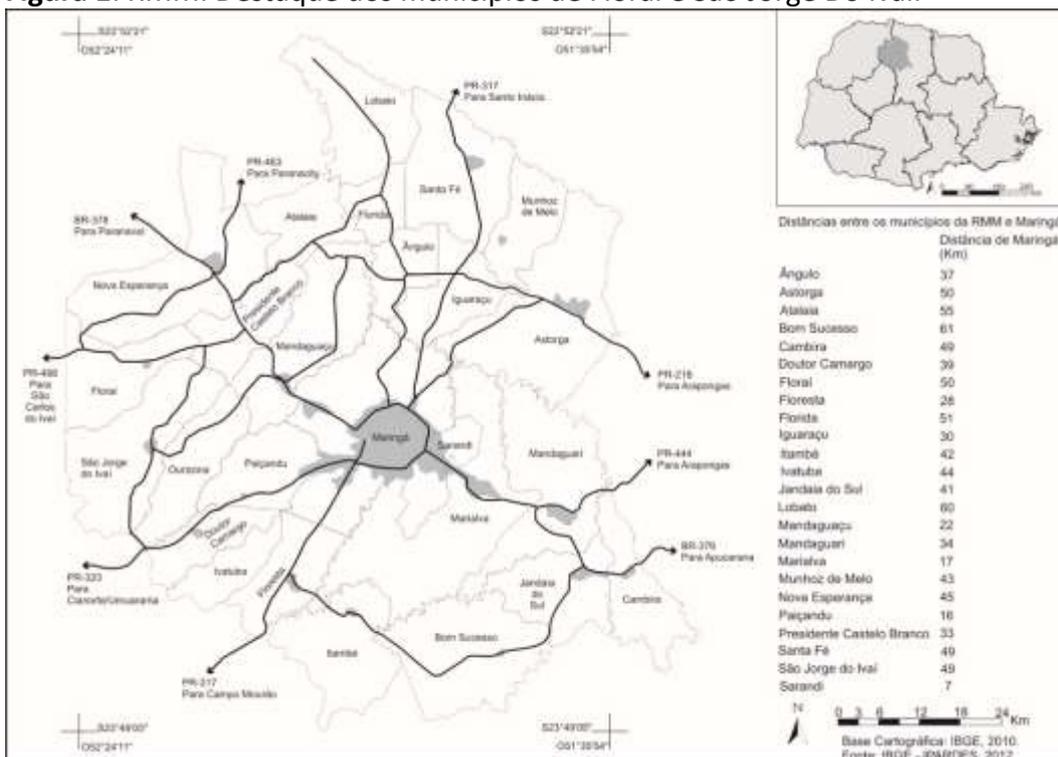
Nos demais municípios, a situação é a seguinte: os municípios de onde saem mais pessoas são: Sarandi (16,98%), Paiçandu (15,25%), Ourizona (10,84%), Mandaguaçu (9,84%); Floresta (8,98%), Ângulo (8,04%), Presidente Castelo Branco (7,60%), Bom Sucesso (6,35%), Ivatuba (6,00%), Munhoz de Melo (5,94%), Dr. Camargo (5,74%), Floraí (5,29%), Itambé (5,24%), Iguaraçu (4,97%), Astorga (4,82%), Marialva (4,61%), Atalaia (4,19%), São Jorge do Ivaí (4,14%), Cambira (4,11%), Nova Esperança (3,57%), Mandaguari (3,51%), Flórida (3,41%), Santa Fé (3,11%), Jandaia do Sul (2,92 %), Lobato (2,55%), Maringá (1,26 %).

Os números demonstram que Maringá oferece estabilidade para a população, pois apenas 1,6% dos munícipes precisam se deslocar para estudo, trabalho, dentre outros. Os municípios que se apresentam com baixa integração ficam entre 8,04% de deslocamentos, caso de Ângulo, e 4,14%, caso de São Jorge do Ivaí. Certamente, esses dados são proporcionais à população de cada município, contudo, municípios conturbados como Sarandi e Paiçandu apresentaram maior proporção nos deslocamentos – exceto Marialva - e a grande maioria deles é em direção à Maringá. Esses dados confirmam a existência de um núcleo bem definido onde a dinâmica metropolitana está bem estabelecida.

AS PEQUENAS LOCALIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ: O CASO DE FLORAÍ E SÃO JORGE DO IVAÍ

Certamente, há várias outras cidades que são de pequeno porte e que requerem atenção na Região Metropolitana de Maringá. A motivação para se verificar a dinâmica dos municípios de Floraí e São Jorge do Ivaí (Figura 1) justifica-se por estes serem municípios com menos de 10 mil habitantes e mais distantes do município polo, e por terem sido considerados com baixa integração, de acordo com os estudos do Observatório das Metrôpoles (2010; 2015). Ambos os municípios possuem dinâmicas parecidas, com centros urbanos similares e polarizados por pequenas cidades.

Figura 1: RMM. Destaque dos municípios de Florai e São Jorge Do Ivaí.



Fonte: IBGE, Observatório das Metrôpoles, 2016. Organização própria.

Esta pesquisa ressalta a compreensão da realidade vivenciada pelas pequenas cidades, assim como as particularidades de cada espaço urbano e de cada município, suas diferenciações e as especificidades de cada localidade, evitando reduzi-las apenas aos aspectos populacionais, ao observar também as taxa de crescimento geográfico, grau de urbanização, atividades não-agrícolas, densidade demográfica, PIB municipal, renda por pessoa e movimento pendular, conforme listaram o Ipardes e o Observatório das Metrôpoles, para comporem o grau de integração com a Região Metropolitana de Maringá.

O Município de Floraí foi instalado em 1955, após ter sido desmembrado do município de Nova Esperança, e apresenta uma área de 191,1 Km² e densidade populacional de 26,42 (IBGE, 2014). Com população atual de 5.050 habitantes (Tabela 3), o município foi considerado com nível muito baixo de integração com a cidade sede em 2015. Para o ano de 2014, teve um PIB de R\$102.160.076. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,745 é o IDH médio da região, exceto para Maringá, que é superior, com o índice de 0,808, enquanto Sarandi, considerada de alta integração com a sede, tem o IDH mais baixo, de 0,695.

A população de São Jorge do Ivaí somava 5.517 em 2014. Com PIB ligeiramente mais elevado que Floraí, no entanto, São Jorge do Ivaí teve o IDH 0,743, ou seja, menor do que o município de comparação. Sobre a densidade, este município apresenta o dobro de Floraí, contando com uma densidade de 49,8 hab./km.

Tabela 3: São Jorge do Ivaí, Floraí e Maringá - População municipal (1991-2010)

Ano	São Jorge do Ivaí	Floraí	Maringá
1991	6.087	5.500	240.292
1996	5.923	5.544	266.628
2000	5.590	5.285	288.653
2007	5.286	5.051	325.968
2010	5.517	5.050	357.077

Fonte: IBGE: Censo Demográfico - 1991-2010. Organização própria.

No que tange o deslocamento realizado de Floraí e São Jorge do Ivaí à Maringá, este é feito através de empresas particulares com horários definidos (Tabela 4).

Logicamente, além desses, há os deslocamentos dos automóveis particulares e os veículos dos serviços de saúde, transporte escolar, dentre outros. Certamente, os deslocamentos têm inúmeros motivos. Dentre os principais levantados em entrevistas, estão: estudos, compras e saúde especializada.

Os dados de transporte das empresas Viação Real e Viação Garcia quanto a algumas das cidades mais integradas, como Marialva, Mandaguaçu e Mandaguari, comparados com os dados de Floraí e São Jorge do Ivaí, demonstram que a participação em números de passageiros dessas três cidades é bem superior a quantidade de passageiros que saem de Floraí e São Jorge do Ivaí para Maringá, por exemplo (Tabela 5 e 6). Quanto às receitas auferidas, estas são muito díspares. Enquanto Floraí teve receita de R\$ 210.141,45 em 2011, Mandaguari teve uma receita de R\$ 2.853.667,71 para o mesmo ano. Dessa forma, fica evidente que a receita gerada pelo transporte de ônibus Mandaguari-Maringá, por exemplo, é muito superior a receita gerada pela linha Floraí-Maringá. Os horários de circular representam a acessibilidade que as pessoas de determinado município têm até a cidade polo. Por exemplo, de Maringá para São Jorge do Ivaí, há o último horário que pode ser utilizado pelos estudantes universitários que se deslocam de São Jorge do Ivaí à Maringá, o que não ocorre no trecho Maringá-Floraí.

Tabela 4: Região Metropolitana de Maringá - Horários da circular - 2016

Floraí – Maringá	Maringá – Floraí	São Jorge do Ivaí- Maringá	Maringá- São Jorge do Ivaí
06:00	06:00	06:55	06:55
08:40	08:40	09:00	09:00
10:00	10:00	11:00	11:00
13:30	13:30	13:25	13:25
14:05	14:05	14:30	14:30
18:20	18:20	16:00	16:00
		17:30	17:30
			18:10
			22:40

Fonte: Viação Real -2016. Organização própria.

Esses dados de transporte rodoviário, aliados aos demais dados apresentados, como, por exemplo, dados populacionais, dados de PIB, dados do IDH, evidenciam uma dinâmica muito diferenciada e de perfil não-metropolitano dentro da Região Metropolitana de Maringá ou, ao menos, evidencia a complexidade da inserção e

integração das pequenas cidades na Região Metropolitana de Maringá. Mesmo esses municípios sendo similares e tendo a mesma realidade perante a região metropolitana, nota-se que o fluxo de pessoas que utilizam o transporte público rumo à Maringá é muito maior em São Jorge do Ivaí, com 229.244 pessoas anuais, enquanto Floraí tem fluxo de 55.574 pessoas por ano. Pode-se concluir, por estes dados, que São Jorge do Ivaí demonstra maiores vínculos com Maringá que Floraí. Esses são os dados somente de quem utiliza transporte público, mas sabe-se que há muitos outros meios de acesso à Maringá, como o uso de transporte particular e o transporte específico para os serviços de saúde.

Tabela 5: RMM, Transporte de Passageiros Maringá-Floraí – Maringá-São J. Do Ivaí - 2011

Terminais	Viagens realizadas	Lugares Ofertados	Passageiros Transportados	Receita Auferida
Floraí/Maringá	1.970	87.384	55.574	210.141,45
São J. Ivaí/ Maringá	4.456	196.064	229.244	867.463,85

FONTE: DER - Viação Real Ltda – 2016. Organização própria.

Tabela 6: RMM, Viação Garcia Ltda- 2011

Terminais	Viagens realizadas	Lugares Ofertados	Passageiros Transportados	Receita Auferida
Marialva / Maringá	19.894	755.972	806.750	1.870.089,00
Mandaguaçu /Maringá	22.818	867.084	939.645	2.364.137,00
Mandaguari / Maringá	23.203	881.714	1.136.265	2.853.667,71

Fonte: DER-Anuário Estatístico do Paraná - Viação Garcia Ltda. - Ano 2016. Organização própria.

Os dados de exclusão social do estado do Paraná contribuem na leitura da realidade da Região Metropolitana de Maringá. Em 2000, o município de Floraí estava elencado em patamares muito baixos no quesito emprego, com o índice de 0,118, passando para 0,698 em 2010, enquanto de São Jorge do Ivaí era de 0,145 em 2000, e em 2010 chega a 574. Quanto ao índice de pobreza, o primeiro fica com a marca de 0,626 para o ano de 2000 e 0,887 em 2010. O segundo sai de 0,625 para 0,918, aproximando-se muito do município de Maringá neste índice, como demonstra o Apêndice 01, que contém o índice de exclusão na Região Metropolitana de Maringá entre 2000-2010.

Todavia, os municípios nem sempre conseguem suprir as necessidades com o repasse e diminuir a pobreza e exclusão social. Esses termos – pobreza e exclusão social – são relevantes tanto para estudos regionais quanto nacionais. De acordo com os estudos de Lemos, no trabalho “Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre” (2007, p. 49):

A pobreza, entendida como exclusão social, não meramente como privação de renda, tem se tornado tão estrutural e tão imbricada no tecido social de todas as economias, sobretudo nas subdesenvolvidas, que muitos acreditam ser impossível prevenir-se contra ela, ou mesmo dirimi-la. Contudo, a pobreza é evitável se forem adotados instrumentos de políticas e estratégias adequados por parte do poder público.

A maioria dos municípios na Região Metropolitana de Maringá tem sido percebida como sendo espaços insuficientemente integrados à dinâmica da metropolização, embora eles façam parte do recorte institucional metropolitano. A questão reside entre fazer parte “no papel” e a realidade diferenciada e desigual dos municípios mais integrados com os demais insuficientemente integrados, como fora assinalado anteriormente. Certamente, o fator proximidade com a cidade Polo influência nas inserções e interações das pequenas localidades na Região Metropolitana de Maringá, porém não ao ponto de ser o fator predominante, pois há casos em que municípios limítrofes com Maringá não alcançam índices elevados nesse quesito, como é o caso de Ângulo, que em 2010 e 2015 foi considerado com baixa integração com a dinâmica da metropolização, como já mencionado.

Sobretudo, para as pequenas localidades que enfrentam muitos limites para desenvolvimento econômico, social e cultural, as estratégias para superar as dificuldades devem ser muito bem pensadas, de acordo com a realidade de cada município. Em São Jorge do Ivaí, as condições de população e nível de integração são similares as de Floraí, ou seja, também são muito baixos, conformando, assim espaços com atributos não-metropolitanos. Como estamos tentando assinalar, isso desvela uma inadequação que indica dois caminhos: tornar concreta a Região Metropolitana ou pensar em outras possibilidades de políticas territoriais e de integração dos municípios com essas condições.

No entanto, grande parte dos trabalhadores dos municípios com integração muito baixa são do setor agrícola, de modo que deve-se pensar em políticas públicas específicas para este setor. Esses municípios dependem de uma gestão dos recursos com eficiência, pois muitos contam com repasse dos fundos de participação municipal, como é possível observar na Tabela 25. Nela, observamos que as transferências tanto de Fundo Participação Municipal, que são recursos destinados aos municípios, e transferências as nível federal e Imposto sobre circulação de mercadoria decorrente de transferência, a nível estadual, aumentam para a maioria das categorias, com leve diminuição para os municípios com média integração.

Sobre esses repasses existe uma relação direta entre a população e as receitas tributárias, ou seja, quanto maior a população, maior a receita tributária. Onde há maior população, existem maiores número, diversidade e complexidade de estabelecimentos, e, assim, maior atividade econômica e capacidade de atração de consumidores, gerando, portanto, mais receitas próprias (tributárias) para cada localidade. Pela Tabela 7, verificamos, ainda, que o Polo acumula 78,64% da arrecadação tributária da área metropolitana, decorrente da concentração populacional que gera tributação.

Tabela 7: Região Metropolitana de Maringá, Proporção de Fundo de Participação Municipal e ICMS em relação às Receitas totais, período - 2000-2010

Níveis de integração	Transferências correntes		Fundo de Participação Municipal		Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Muito baixo	82,87	93,24	44,66	50,77	18,01	20,07
Baixo	88,46	87,71	46,47	48,32	19,86	17,93
Médio	81,5	77,64	31,4	32,07	21,3	16,9
Médio alto	60,82	72,19	22,56	27,71	7,49	7,93
Polo	47,05	54,98	10,46	7,17	21,55	12,25
Total	64	66,28	23,6	20,37	19,94	13,97

Fonte: FINBRA, 2000, 2010 (Dados trabalhados) e Observatório das Metrôpoles, 2012.

Nas entrevistas realizadas com representantes da gestão 2013-2016 em Florai e São Jorge do Ivaí, notamos que os moradores de São Jorge do Ivaí, por exemplo, dizem que ainda não se deram conta se houve uma mudança positiva com a instituição da Região Metropolitana de Maringá. Essa dúvida é genuína: não há alteração na vida cotidiana, isto é, as pessoas continuam desenvolvendo as mesmas atividades e tendo as

mesmas necessidades anteriores à criação da instituição. Muitos relataram que houve melhora no transporte público, com o aumento de horários na rota São Jorge do Ivaí-Maringá e Florai-Maringá. Isso, inclusive, facilitou para muitas pessoas a possibilidade de trabalhar em Maringá.

Outro ponto indicado como melhoria foi a telefonia, pois com a integração não há mais a cobrança na tarifa de interurbanos. Como foi mencionado, esse era um dos projetos iniciais expostos pelo Comem, entretanto, este projeto partiu da Anatel em 2011, quando se aprovou o Regulamento sobre Áreas Locais, o que ampliou os critérios, de modo que passou-se a abranger o conjunto de municípios pertencentes à uma Região Metropolitana ou Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) que contivessem continuidade geográfica e pertencessem a um mesmo código nacional de área (DDD). Com a nova configuração das áreas locais, permitiu-se a realização de chamadas telefônicas ao custo de ligação local entre todos os municípios de uma mesma região metropolitana ou de Ride. As revisões de configuração da área local resultantes da criação ou da alteração de regiões metropolitanas ou Rides deveriam ocorrer junto com as revisões quinquenais dos Contratos de Concessão (ANATEL, 2011).

Analisando os Planos Diretores dos municípios de Maringá, Florai e São Jorge do Ivaí, constam novas atualizações em todas as propostas, entretanto, somente o Plano Diretor Municipal de Maringá faz vinculação com a Região Metropolitana de Maringá, em pontos como o Art. 4.º, que afirma que “será admitida a transferência de potencial construtivo mediante convênios ou consórcios entre Maringá e os demais municípios que compõem a sua região metropolitana, de forma a assegurar a manutenção de condições ambientais adequadas à proteção e preservação dos mananciais da região”.

De acordo com as entrevistas realizadas com representantes da Comem Ana Lúcia Rodrigues e Paulo Roberto de Souza, e do Observatório das Metrôpoles-Maringá, a desigualdade entre Maringá e os municípios que compõem a Região Metropolitana de Maringá é visível, entretanto, há dúvida quanto a metropolização e a realização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, tendo em vista a intensidade dos fluxos entre os municípios e o porte das cidades que passam a integrar a Região Metropolitana de Maringá. De acordo com o coordenador da Comem, o Plano de Desenvolvimento

Urbano Integrado não está em elaboração ainda, pois a prioridade é o plano de mobilidade.

Notadamente, as entrevistas e questionários aplicados dão-nos uma visão parcial da realidade percebida pelas pessoas que vivenciam a dinâmica da Região Metropolitana de Maringá. Os dados sobre os dois municípios e os dados sobre os municípios em conjunto revelam uma dinâmica que teria mais a ver com a metropolitana, ao passo que os demais demonstram uma dinâmica metropolitana incipiente, que pode vir a ter integração dependendo das políticas públicas ainda a serem implantadas.

Os consórcios intermunicipais são um instrumento importante para os gestores, sobretudo para os gestores de pequenas localidades que necessitam de parcerias para colocar diversos empreendimentos em prática. O Consórcio Cindiv tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável da Região do Vale do Ivaí do Estado do Paraná, englobando as dimensões econômicas, social, cultural, ambiental, isto é, trata-se de pensar políticas para o desenvolvimento geral do município, ou dos municípios envolvidos. Os entrevistados nos municípios, contudo, relataram que este consórcio ainda não saiu do papel e que foram realizadas tentativas, como, por exemplo, o aterro sanitário que seria comum aos municípios integrantes do projeto, embora vinculado à elaboração do Plano Diretor de São Jorge do Ivaí, isso não se efetivou. Os demais consórcios permanecem na mesma situação: existem no papel, mas não houve ações para torná-lo ativos.

O esvaziamento populacional não tem como ser atribuído à institucionalização da região metropolitana, haja vista que é um processo de longa data. Entretanto, pode-se concluir que não houve mudança nessa dinâmica ou muito pouco se modificou nas pequenas localidades. Contudo, observa-se que os municípios com integração mais alta na Região Metropolitana não têm problemas com o declínio demográfico. Não se observou sinalização de preocupação por parte dos gestores nesse sentido, o que foi compreendido através das entrevistas e dos documentos consultados. Em entrevista, o coordenador da Comem mencionou que a prioridade é um plano de mobilidade, mas

que as iniciativas para elaboração do mesmo ainda não têm um corpo técnico definido e as proposições ainda são rudimentares.

Quanto às políticas públicas propostas e implantadas nos municípios que envolvem essa região, não houve uma proposta única envolvendo todos os municípios. Os que incidiram foram Arcosul, Ciamusep, e os demais consórcios com recorte em menor escala. Em Florai e São Jorge do Ivaí, entre 2013 e 2014, foram entregues casas do Programa Minha Casa Minha Vida. No primeiro momento foram 70 casas e no segundo 30 residências. Percebe-se que os planos nacionais é que têm dado resultados até o momento.

No tocante à questão, estava em elaboração o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, pretendendo a inclusão das pequenas cidades nas propostas de desenvolvimento econômico e social, observamos em ambos os casos que não. Ele está em elaboração pela Amusep sem prazo para a finalização. Salienta-se que a Amusep distingue os municípios da Região Metropolitana de Maringá, colocando-os em consórcios separados. Isso denota que essas áreas têm especificidades. O questionamento a ser levantado é: como esses municípios podem, então, fazer parte da mesma região metropolitana?

De acordo com os entrevistados, isso se deu mais por uma questão política imposta da sede para os demais municípios. O pesquisador do Observatório das Metrôpoles argumenta em entrevista que “era uma necessidade do estado para organizar a estrutura de planejamento regional, e os outros municípios acordaram metropolitanos”. Nesse sentido, podemos dizer que não foi um desejo dos municípios fazer parte de uma região metropolitana, mas sim de uma organização em uma escala regional. Entendemos que nas questões mais básicas, como, por exemplo, saúde e educação, não haverá mudanças significativas simplesmente pela instituição da área metropolitana, no entanto, se ela foi imposta, em algum momento deverá ter ações voltadas para a efetiva integração, ou, ao menos um reconhecimento das potencialidades desses municípios em fazer parte dessa unidade territorial.

Essa é uma questão bastante complexa. No caso das pequenas cidades em áreas metropolitanas, as mesmas teriam como tutora a cidade sede ou o estado, pois elas

também fazem parte da dinâmica regional, e se a cidade sede não der a devida atenção, o estado também não dará, identificando-as como pertencentes a uma área integrada. Esta e outras questões merecem ser retomadas por outros estudos

Todavia, o prazo estabelecido para ter ações concretas nas regiões metropolitanas foi até estendido para 2021, mas até o momento poucos foram os avanços. A prioridade do Estatuto da Metrópole é o plano de desenvolvimento urbano integrado das regiões metropolitanas ou das aglomerações urbanas, no entanto, reforçamos que não é a única prática proposta na Lei.

Sobre a inserção e as interações espaciais das pequenas cidades na Região Metropolitana de Maringá e como isso reflete no desenvolvimento, com base nos dados apresentados e as observações realizadas nos municípios de Floraí e São Jorge do Ivaí, constatamos que as pequenas cidades participam com menor intensidade. A inserção econômica fica por conta das atividades rurais que fomentam o PIB dentre outras necessidades que as pequenas cidades buscam nas cidades mais dinâmicas. As interações ficam por conta da mobilidade pendular, especialmente Floraí-Maringá e São Jorge do Ivaí-Maringá, em virtude do uso dos serviços de saúde, educação, cultura e lazer.

Os ganhos para os municípios que compõem a Região Metropolitana da Maringá ainda não são visíveis e podem não se concretizar devido às divergências e exacerbadas disparidades entre os municípios. Os dois municípios fazem parte daqueles que apresentam os mais graves indicadores sociais da RMM e, para eles, fazer parte dela significou pouco, não trouxe benefícios para todos, somente para os que já estavam em pauta em programas de ordem federal e planos locais, como as habitações do PMCMV e a unificação da telefonia.

Talvez, para essas pequenas localidades fosse mais viável fortalecer os consórcios municipais ou outras formas de gestão compartilhada (ENDLICH, 2015). Certamente, a tentativa de gerir uma gestão compartilhada é válida, mas cabe reconhecer o que funciona e o que não funciona. Por ora, pode-se dizer que a Região Metropolitana de Maringá é metropolitana apenas para o núcleo. Esta é a parte da RMM para a qual se

destinou a maioria dos projetos e ações da gestão compartilhada, ou seja, para muitos municípios, esses continuam compondo uma região metropolitana apenas no papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o foco recaiu sobre dois processos em relação aos municípios que compõem formalmente a Região Metropolitana de Maringá mas que destoam muito da realidade metropolitana, mas muitos apresentam a mesma situação.

Até este ponto, entende-se que a presente pesquisa contribuiu para levantar as relações estabelecidas entre os municípios, como, por exemplo, por quais motivos ocorrem os principais deslocamentos e que grande parte da população que se desloca tem como destino a cidade Polo e os municípios do núcleo metropolitano, e as poucas melhorias sentidas pelos moradores, bem como a falta de confiança que os gestores têm da Região Metropolitana de Maringá.

Pode-se concluir que a principal dificuldade reside nos interesses de gestão: os líderes preocupados com a cidade polo em detrimento das pequenas localidades mais distantes. Como buscamos assinalar, isso desvela uma inadequação que indica dois caminhos: tornar concreta a Região Metropolitana de Maringá ou pensar em outras possibilidades de políticas territoriais e de integração dos municípios com essas condições.

REFERÊNCIAS

VERCEZI, Jaqueline Telma. **Gênese e evolução da região metropolitana de Maringá**. 2001. xvii, 190 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89815>>. Acesso em: 12 de Mar. de 2016.

CASTELLS, Manuel. O espaço de fluxos. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: Editora UNESP. 2006. 505 p.

ENDLICH, Angela Maria. Gestão territorial compartilhada em espaços não metropolita-nos. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n. 11, p. 62, 2007.

ENDLICH, Angela Maria. Dinâmica demográfica e estrutura fundiária do noroeste do Paraná. In: FERREIRA, M. E. M. C. ROCHA, M. M. ENDLICH, A. M. *Apontamentos Geográficos*. Maringá: UEM-PGE, 2011. 144p.

FIRKOWSK, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. **Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões, mas não são metropolitanas**. <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: 23 Set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Falta critério na criação de regiões metropolitanas**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 23 de Set. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Ana-lise de dados populacionais**. Microdados do IBGE. 2000-2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/download/539/727>>. Acesso em: 02 de Jun. de 2016.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil**. Relatório da atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrôpoles/Fase/Ipardes. Brasília, 2005a. Disponível em: <www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf >. Acesso em: 13 abr. 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

Marinalva Batista - Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Mestra em Geografia e Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Maringá. Bacharel em Geografia pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Especialização em Geografia, Meio Ambiente e Ensino pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/UNESPAR.

Recebido para publicação em 01 de janeiro de 2022.

Aceito para publicação em 26 de junho de 2022.

Publicado em 25 de julho de 2022.